

SUMÁRIO

Nota à 2ª edição	25
Prefácio	27
Apresentação	31
Capítulo I	
LINHAS INTRODUTÓRIAS	33
1. Direito Processual Penal	33
1.1. Conceito e finalidade.....	33
1.2. Características	34
1.3. Posição enciclopédica	34
2. Entendendo o tema	35
2.1. Interesse	35
2.2. Pretensão	35
2.3. Lide.....	35
2.4. Ação.....	35
2.5. Processo.....	36
2.5.1. Procedimento (aspecto objetivo do processo).....	36
2.5.2. Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo).....	36
3. Sistemas processuais	37
3.1. Sistema inquisitivo	38
3.2. Sistema acusatório	38
3.3. Sistema misto ou acusatório formal	38
4. Fontes	39
4.1. Conceito	39
4.2. Classificação	39
5. Analogia	40
5.1. Conceito	40
5.2. Espécies.....	41
6. Interpretação da Lei Processual	41
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza	41
6.2. Quanto ao modo ou aos meios empregados	43
6.3. Quanto ao resultado.....	43
7. A Lei Processual Penal no Tempo	44
8. A Lei Processual Penal no Espaço	45
9. Princípios processuais Penais.....	48
9.1. Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade.....	48
9.2. Princípio da imparcialidade do juiz	50
9.3. Princípio da igualdade processual	50
9.4. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência.....	51
9.5. Princípio da ampla defesa	51
9.6. Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	51
9.7. Princípio da oficialidade	51
9.8. Princípio da oficiosidade.....	51
9.9. Princípio da verdade real	51

9.10. Princípio da obrigatoriedade.....	52
9.11. Princípio da indisponibilidade.....	52
9.12. Princípio do impulso oficial.....	53
9.13. Princípio da motivação das decisões.....	53
9.14. Princípio da publicidade	53
9.15. Princípio do duplo grau de jurisdição	54
9.16. Do juiz natural	55
9.17. Do promotor natural ou do promotor legal.....	55
9.18. Princípio do devido processo legal	56
9.19. Princípio do <i>favor rei</i> ou favor réu	56
9.20. Princípio da economia processual.....	56
9.21. Princípio da oralidade.....	56
9.22. Princípio da autoritariedade	57
9.23. Princípio da duração razoável do processo penal	57
10. Quadro Sinótico	59
11. Súmulas Aplicáveis	64
11.1. STJ.....	64
11.2. STF.....	64
12. Alguns informativos aplicáveis.....	64
12.1. STJ.....	64
12.2. STF.....	65
13. Questões de Concursos Públicos.....	68
Capítulo II	
INQUÉRITO POLICIAL.....	69
1. A persecução criminal.....	69
2. Polícia Judiciária e Polícia Administrativa	69
2.1. Polícia administrativa ou de segurança.....	69
2.2. Polícia judiciária	70
3. Conceito e Finalidade do Inquérito Policial	70
3.1. Natureza jurídica do inquérito.....	70
4. Inquéritos não policiais.....	70
5. Características do Inquérito Policial.....	73
5.1. Discricionariedade.....	73
5.2. Escrito.....	73
5.3. Sigiloso.....	74
5.4. Oficialidade.....	75
5.5. Oficiosidade	75
5.6. Indisponibilidade	75
5.7. Inquisitivo.....	75
5.8. Autoritariedade	76
5.9. Dispensabilidade	76
6. Competência (atribuição).....	76
6.1. Critério territorial.....	77
6.2. Critério material.....	77
6.3. Critério em razão da pessoa	77
7. Prazos.....	77
7.1. Regra geral	77
7.2. Prazos especiais.....	78

SUMÁRIO

7.3. Contagem do prazo	78
8. Valor probatório	79
9. Vícios	81
10. <i>Notitia criminis</i> (notícia do crime)	83
10.1. Conceito	83
10.2. Espécies	83
11. Peças inaugurais do inquérito policial	85
12. Incomunicabilidade	86
13. Providências	87
13.1. Reprodução simulada dos fatos	91
13.2. Indiciamento	92
14. Encerramento	93
14.1. Crimes de ação penal pública	93
14.2. Crimes de ação penal privada	101
15. Considerações finais	101
15.1. Termo circunstanciado	101
15.2. Controle externo da atividade policial	102
16. Quadro sinótico	102
17. Súmulas aplicáveis	107
17.1. STJ	107
17.2. STF	107
18. Alguns informativos aplicáveis	107
18.1. STJ	107
18.2. STF	109
19. Questões de Concursos Públicos	112
Capítulo III	
AÇÃO PENAL	117
1. Conceito	117
2. Características	117
2.1. Localização no ordenamento jurídico	118
3. Condições da ação	118
3.1. Conceito	118
3.2. Oportunidade para verificação das condições da ação	122
4. Classificação das ações	123
4.1. Ação penal pública incondicionada	123
4.1.1. Conceito e titularidade	123
4.1.2. Princípios informadores	124
4.1.3. Ação pública condicionada	126
4.1.3.1. Conceito e considerações	126
5. Ação penal privada	132
5.1. Conceito e considerações	132
5.2. Titularidade	133
5.3. Princípios	133
5.4. Espécies de ação penal privada	138
5.5. Custas e honorários advocatícios	140
6. Questões complementares	140
6.1. Ação de prevenção penal	141

6.2.	Ação penal <i>ex officio</i>	141
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública	141
6.4.	Ação penal popular.....	142
6.5.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	143
6.6.	Ação penal nos crimes contra os costumes	143
6.7.	Ação penal secundária	145
6.8.	Ação penal adesiva.....	145
7.	Inicial acusatória.....	146
7.1.	Conceito	146
7.2.	Requisitos formais	146
7.3.	Prazos para oferta da denúncia.....	150
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia.....	150
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento	151
7.3.3.	Desatendimento do prazo.....	151
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime.....	152
7.4.1.	Prazos especiais.....	152
7.5.	Aditamento da queixa.....	153
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa	153
7.6.1.	Repropositura da ação	155
7.6.2.	Rejeição X não recebimento	155
7.6.3.	Rejeição parcial.....	156
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição	156
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito.....	157
8.	Quadro sinótico	158
9.1.	STJ.....	165
9.2.	STF.....	165
10.	Alguns informativos aplicáveis.....	165
10.1.	STJ.....	165
10.2.	STF.....	167
12.	Questões de Concursos Públicos.....	169

Capítulo IV

AÇÃO CIVIL EX DELICTO	173
1. Considerações iniciais.....	173
2. Legitimidade ativa e passiva	173
3. Competência na ação reparatoria.....	175
4. Sistemas processuais	175
5. Suspensão da demanda civil.....	178
5.1. Regime legal da suspensão	178
6. Execução da sentença condenatória penal.....	178
7. Sentença absolutória e subordinação temática.....	179
8. Revisão criminal e ação rescisória.....	181
9. Prazo prescricional.....	181
10. Quadro Sinótico.....	182
11. Súmulas Aplicáveis	183
11.1. STJ.....	183
12. Alguns informativos aplicáveis.....	184
12.1. STJ.....	184

SUMÁRIO

12.2. STF.....	184
13. Questões de Concursos Públicos.....	185

Capítulo V

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	187
1. Jurisdição	187
1.1. Conceito	187
1.2. Princípios	187
1.2.1. Investidura	187
1.2.2. Indelegabilidade	188
1.2.3. Juiz natural	188
1.2.4. Inafastabilidade	188
1.2.5. Inevitabilidade ou irrecusabilidade.....	188
1.2.6. Correlação ou relatividade	188
1.2.7. Devido processo legal	192
1.3. Características	192
1.3.1. Inércia	192
1.3.2. Substitutividade.....	192
1.3.3. Lide.....	192
1.3.4. Atuação do direito	193
1.3.5. Imutabilidade	193
2. Competência.....	193
2.1. Conceito	193
2.2. Critérios.....	193
2.2.1. Competência material	194
2.2.2. Competência funcional	194
2.3. Competência <i>ratione materiae</i>	195
2.3.1. Justiça comum estadual	195
2.3.2. Justiça comum federal	195
2.3.3. Competência da justiça especializada militar.....	204
2.3.4. Competência da justiça especializada eleitoral.....	205
2.4. Competência <i>ratione loci</i>	205
2.4.1. Domicílio ou residência do réu	206
2.4.2. Critério subsidiário.....	206
2.4.3. Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves.....	207
2.4.4. Crimes praticados no exterior	208
2.4.5. Súmulas aplicadas.....	208
2.5. Competência pela natureza da infração.....	209
2.6. Competência <i>ratione personae</i>	209
2.6.1. Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato.....	210
2.6.2. Prerrogativa X tribunal do júri	212
2.6.3. Prerrogativa funcional dos prefeitos	212
2.6.4. Foro privilegiado	212
2.7. Competência absoluta X relativa.....	213
2.8. Prevenção	213
2.9. Distribuição	214
2.10. Conexão e continência	214
2.10.1. Conexão	214

2.10.2. Continência.....	216
2.11. Foro prevalente.....	216
2.12. Separação de processos	219
2.12.1. Separação obrigatória.....	219
2.12.2. Separação facultativa.....	221
2.13. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	222
2.13.1. Surgimento de nova vara	222
3. Quadro sinótico	223
4. Súmulas aplicáveis	229
4.1. STJ.....	229
4.2. STF.....	230
5. Alguns informativos aplicáveis.....	231
5.1. STJ.....	231
5.2. STF.....	233
6. Questões de Concursos Públicos.....	235
Capítulo VI	
QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	241
1. Considerações iniciais.....	241
2. Questões prejudiciais.....	243
2.1. Classificação	243
2.1.1. Prejudicial homogênea e heterogênea.....	243
2.1.2. Prejudicial obrigatória e facultativa	244
2.1.3. Prejudicial total e parcial.....	244
2.1.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva	245
2.2. Natureza jurídica.....	245
2.3. Sistemas de solução	245
2.4. Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa.....	246
2.5. Recursos.....	247
2.6. Prescrição	247
3. Exceções	247
3.1. Conceito	247
3.2. As espécies de exceções e seus processamentos.....	248
3.2.1. Exceção de suspeição	248
3.2.2. Exceção de incompetência (artigos 108 e 109, CPP).....	251
3.2.3. Exceção de litispendência (art. 110, CPP).....	252
3.2.4. Exceção de ilegitimidade de parte (art. 110, CPP)	253
3.2.5. Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>).....	253
4. Incompatibilidades e impedimentos	255
4.1. Processamento.....	255
4.2. Efeitos.....	257
4.3. Recursos.....	257
5. Conflito de jurisdição.....	257
5.1. Espécies.....	257
5.2. Processamento.....	258
5.3. Recursos.....	258
6. Conflito de atribuições	259
6.1. Competência para dirimir o conflito.....	259

SUMÁRIO

6.2. Processamento.....	260
7. Restituição de coisas apreendidas.....	261
7.1. Introdução.....	261
7.2. Autoridade restituinte.....	261
7.3. Confisco.....	261
7.4. Procedimento da restituição.....	262
7.5. Recurso.....	262
8. Medidas assecuratórias.....	263
8.1. Seqüestro de bens imóveis.....	263
8.1.1. Cabimento.....	263
8.1.2. Embargos.....	263
8.1.3. Recurso.....	264
8.1.4. Levantamento.....	264
8.1.5. Destinação ao final do processo.....	264
8.2. Seqüestro de bens móveis.....	264
8.2.1. Cabimento.....	265
8.2.2. Embargos.....	265
8.2.3. Recurso.....	265
8.2.4. Levantamento.....	265
8.2.5. Destinação ao final do processo.....	265
8.3. Hipoteca legal.....	265
8.3.1. Cabimento.....	265
8.3.2. Procedimento.....	266
8.3.3. Recurso.....	266
8.3.4. Levantamento.....	266
8.3.5. Destinação ao final do processo.....	267
8.4. Arresto de bens móveis (antigo seqüestro definitivo, art. 137, CPP).....	267
8.4.1. Cabimento.....	267
8.4.2. Procedimento.....	268
8.4.3. Recurso.....	268
8.4.4. Levantamento.....	268
8.4.5. Destinação ao final do processo.....	268
8.5. Arresto de imóveis (antigo seqüestro prévio, art. 136, CPP).....	269
8.5.1. Cabimento.....	269
8.5.2. Recurso.....	269
9. Incidente de falsidade.....	270
9.1. Introdução.....	270
9.2. Espécies.....	270
9.3. Legitimidade.....	271
9.4. Procedimento do incidente.....	271
9.5. Efeitos.....	272
9.6. Recurso.....	272
10. Incidente de insanidade mental.....	272
10.1. Introdução.....	272
10.2. Procedimento.....	273
10.3. Seqüência.....	274
10.4. Recurso.....	274
10.5. Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena.....	274

10.6. Insanidade superveniente.....	275
11. Quadro Sinótico.....	275
12. Súmulas Aplicáveis	285
12.1. STJ.....	285
13. Alguns Informativos Aplicáveis.....	285
13.1. STJ.....	285
13.2. STF.....	288
14. Questões de Concursos Públicos.....	291

Capítulo VII

PROVA	297
1. Teoria Geral da Prova	297
1.1. Conceito e finalidade.....	297
1.2. Destinatários	298
1.3. Natureza jurídica.....	298
1.4. Objeto.....	299
1.5. Classificação da prova.....	300
1.5.1. Quanto ao objeto	300
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor	300
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	300
1.5.4. Quanto à forma ou aparência	301
1.6. Meios de prova.....	301
1.7. Vedação probatória.....	302
1.8. Teorias sobre o tema “provas ilícitas”	304
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>).....	304
1.8.1.1. Teorias decorrentes.....	306
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	310
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova	313
1.9. Prova emprestada.....	313
1.10. Ônus da prova.....	314
1.11. Iniciativa do juiz.....	316
1.12. Sistemas de apreciação da prova.....	318
1.12.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção.....	318
1.12.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada.....	318
1.12.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	319
1.13. Princípios da prova.....	320
1.13.1. Princípio da auto-responsabilidade das partes	320
1.13.2. Princípio da audiência contraditória	320
1.13.3. Princípio da aquisição ou comunhão	320
1.13.4. Princípio da oralidade.....	320
1.13.5. Princípio da publicidade.....	321
1.13.6. Princípio do livre convencimento motivado.....	321
1.14. Procedimento probatório.....	321
2. Provas em espécie	322
2.1. Exames periciais	322
2.1.1. Considerações gerais.....	322
2.1.1.1. Assistente técnico	324

SUMÁRIO

2.1.2.	Realização das perícias	325
2.1.3.	Apreciação dos laudos periciais	326
2.1.4.	Exame de corpo de delito	327
2.1.5.	Necessidade do laudo	328
2.1.6.	Outras perícias.....	329
2.1.6.1.	Exame necroscópico	329
2.1.6.2.	Exame de lesões corporais.....	330
2.1.6.3.	Perícia em incêndio	331
2.1.6.4.	Perícia laboratorial.....	331
2.1.6.5.	Exame grafotécnico	332
2.1.6.6.	Exame nos instrumentos da infração	333
2.1.6.7.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada	333
2.1.6.8.	Avaliação	334
2.1.6.9.	Exame de embriaguez ao volante	335
2.2.	Interrogatório do acusado.....	336
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica	336
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório	338
2.2.3.	Formalidades do interrogatório.....	339
2.2.4.	Procedimento	342
2.2.4.1.	Preliminares	342
2.2.4.2.	Conteúdo.....	343
2.2.4.3.	Formalidades.....	345
2.2.4.4.	Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	345
2.2.4.5.	Compatibilidade com o inquérito policial	346
2.3.	Confissão	346
2.3.1.	Conceito e objeto	346
2.3.2.	Natureza jurídica	347
2.3.3.	Espécies	347
2.3.4.	Requisitos.....	348
2.3.5.	Peculiaridades	349
2.3.6.	Valor probatório	349
2.3.7.	Delação e delação premiada	349
2.4.	Perguntas ao ofendido	353
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza	353
2.4.2.	Repercussões processuais.....	353
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido	354
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido	354
2.5.	Testemunhas	356
2.5.1.	Conceito e natureza.....	356
2.5.2.	Características da prova testemunhal	356
2.5.3.	Recusa e impedimento.....	357
2.5.4.	Demais vedações.....	359
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	359
2.5.6.	Número de testemunhas.....	360
2.5.7.	Classificação	360
2.5.8.	Lugar do depoimento e precatória	361
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos	362

2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento.....	362
2.5.11.	O depoimento.....	365
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante.....	367
2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho.....	368
2.5.14.	Proteção	369
2.5.15.	Valor Probatório	369
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas	369
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica	369
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	370
2.6.2.1.	Procedimento.....	370
2.6.2.2.	Intimidação.....	370
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	371
2.6.4.	Reconhecimento de coisas	371
2.7.	Acareação	372
2.7.1.	Conceito e natureza.....	372
2.7.2.	Pressupostos	372
2.7.3.	Procedimento	372
2.7.4.	Valor probatório	372
2.8.	Documentos.....	373
2.8.1.	Conceito	373
2.8.2.	Espécies.....	373
2.8.3.	Requisitos.....	374
2.8.4.	Produção	374
2.9.	Tradução	375
2.10.	Restituição	375
2.11.	Indícios e presunções.....	375
2.11.1.	Conceito	375
2.11.2.	Classificação	376
2.11.3.	Valor probatório	377
2.12.	Busca e apreensão.....	377
2.12.1.	Conceito e natureza jurídica	377
2.12.2.	Iniciativa	377
2.12.3.	Objeto.....	378
2.12.4.	Momento	380
2.12.5.	Espécies.....	380
2.12.5.1.	Busca domiciliar.....	380
2.12.5.2.	Busca pessoal.....	386
3.	Quadro sinótico	387
4.	Súmulas aplicáveis.....	403
4.1.	STJ.....	403
4.2.	STF.....	404
5.	Alguns informativos aplicáveis.....	404
5.1.	STJ.....	404
5.2.	STF.....	407
6.	Questões de Concursos Públicos.....	412
Capítulo VIII		
SUJEITOS NO PROCESSO PENAL		417

SUMÁRIO

1. A relação processual penal	417
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público	417
2.1. Juiz.....	417
2.2. Ministério Público.....	419
2.3. Funcionários do Poder Judiciário.....	421
2.4. Auxiliares do juízo	422
3. Acusado e defensor	424
4. Querelante	426
5. Assistente do Ministério Público.....	427
6. Assistente da defesa.....	430
7. Quadro sinótico	431
8. Súmulas aplicáveis	432
8.1. STF.....	432
9. Alguns informativos aplicáveis	432
9.1. STJ.....	432
9.2. STF.....	433
10. Questões de Concursos Públicos.....	434

Capítulo IX

PRISÕES	435
1. Conceito	435
2. Formalidades e execução.....	436
2.1. Mandado de prisão.....	436
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	437
2.3. Prisão em perseguição.....	438
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial	440
2.5. Prisão especial.....	440
2.6. Emprego de força e uso de algemas.....	441
2.7. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	445
3. Prisão em flagrante	447
3.1. Conceito	447
3.2. Espécies de flagrante.....	448
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro)	448
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	448
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado).....	449
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório	449
3.2.5. Flagrante facultativo	449
3.2.6. Flagrante esperado	449
3.2.7. Flagrante preparado ou provocado.....	450
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido ou ação controlada)	451
3.2.9. Flagrante forjado	453
3.2.10. Flagrante por apresentação.....	453
4. Flagrante nas várias espécies de crime	453
4.1. Crime permanente	453
4.2. Crime habitual	454
4.3. Crime de ação penal privada e pública condicionada	455
4.4. Crime continuado	455
4.5. Infração de menor potencial ofensivo	455

5. Sujeitos do flagrante	456
5.1. Sujeito ativo	457
5.2. Sujeito passivo	457
5.3. Autoridade competente	458
6. Procedimentos e formalidades	459
6.1. Nota de culpa	461
6.2. Remessa à autoridade	462
7. Prisão preventiva	463
7.1. Conceito	463
7.2. Pressupostos	463
7.3. As hipóteses de decretação	464
7.4. Infrações que comportam a medida	467
7.5. Decretação e sistema recursal	469
7.6. Fundamentação	470
7.7. Revogação	471
7.8. Apresentação espontânea	471
7.9. Preventiva X excludentes de ilicitude	472
8. Prisão temporária	472
8.1. Conceito	472
8.2. Decretação	473
8.3. Cabimento	473
8.3.1. Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I)	473
8.3.2. Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II)	474
8.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III)	475
8.4. Prazos	477
8.4.1. Regra geral (art. 2º da Lei n.º 7.960/1989)	477
8.4.2. Crimes hediondos e assemelhados, quais sejam, tráfico, terrorismo e tortura (parágrafo 4º, art. 2º, Lei n.º 8.072/1990)	478
8.5. Procedimento	478
9. Prisão decorrente da decisão de pronúncia	479
10. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	481
11. Prisão administrativa	484
12. Prisão civil	485
13. Prisão para averiguações	485
14. Quadro sinótico	485
15. Súmulas aplicáveis	495
15.1. STJ	495
15.2. STF	495
16. Alguns informativos aplicáveis	495
16.1. STJ	495
16.2. STF	498
17. Questões de Concursos Públicos	502
Capítulo X	
LIBERDADE PROVISÓRIA	509

SUMÁRIO

1. Conceito	509
2. Espécies	510
2.1. Liberdade provisória obrigatória	510
2.2. Liberdade provisória permitida	511
2.3. Liberdade provisória vedada	511
3. Liberdade provisória sem fiança	511
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	511
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	512
3.2.1. Restrições	514
3.2.2. Fundamentação	517
3.2.3. Outras hipóteses de cabimento	518
3.2.4. Sistema recursal	518
4. Liberdade provisória mediante fiança	518
4.1. Fiança X liberdade provisória mediante fiança	519
4.2. Objetivos da fiança	519
4.3. Valor da fiança	519
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento	520
4.4. Modalidades de fiança	521
4.5. Obrigações do afofado	522
4.6. Vedações legais	523
4.6.1. Vedações do art. 323, CPP	523
4.6.2. Vedações do art. 324, CPP	526
4.6.3. Demais vedações	527
4.7. Quebra da fiança	528
4.8. Perda da fiança	529
4.9. Cassação da fiança	529
4.10. Reforço da fiança	530
4.11. Dispensa da fiança	531
4.12. Procedimento	532
4.13. Execução	532
5. Quadro sinótico	533
6. Súmulas aplicáveis	539
6.1. STJ	539
7. Alguns Informativos Aplicáveis	540
7.1. STJ	540
7.2. STF	541
8. Questões de Concursos Públicos	543

Capítulo XI

ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL	549
1. Formas de comunicação processual	549
2. Citação	550
2.1. Conceito	550
2.2. Espécies	550
3. Intimação e notificação	557
4. Revelia e suspensão do processo penal	559
5. Informatização do processo judicial	562
6. Quadro Sinótico	564

7. Súmulas Aplicáveis	565
7.1. STF.....	565
8. Principais Informativos Aplicáveis	566
8.1. STJ.....	566
8.2. STF.....	567
9. Questões de Concursos Públicos.....	570

Capítulo XII

SENTENÇA	573
1. Noção de sentença.....	573
2. Classificação das sentenças.....	575
3. Fundamentação e estrutura das sentenças	577
4. Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos	583
4.1. Sentença condenatória.....	583
4.2. Sentença absolutória.....	589
4.3. Sentença declaratória de extinção da punibilidade	592
5. Coisa julgada e preclusão.....	593
6. Quadro Sinótico.....	594
7. Súmulas aplicáveis	599
7.1. STF.....	599
8. Alguns informativos aplicáveis.....	599
8.1. STJ.....	599
8.2. STF.....	600
9. Questões de Concursos Públicos.....	602

Capítulo XIII

PROCEDIMENTOS	605
1. Considerações Gerais.....	605
2. Procedimento comum	606
2.1. Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP)	607
2.1.1. Seqüência	614
2.2. Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP)	615
2.2.1. Seqüência	617
2.3. Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	618
2.3.1. Considerações iniciais.....	618
2.3.2. Fase preliminar	619
2.3.3. Audiência preliminar	619
2.3.4. Procedimento sumaríssimo	622
3. Procedimentos especiais.....	624
3.1. Crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	624
3.1.1. Peculiaridades do procedimento	626
3.1.2. Seqüência	628
3.2. Crimes contra a honra.....	628
3.2.1. Seqüência	630
3.3. Entorpecentes.....	630
3.3.1. Seqüência	635
3.4. Procedimento especial para os crimes falimentares.....	636
3.5. Outros procedimentos especiais.....	638

SUMÁRIO

3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais.....	638
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial.....	640
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados.....	642
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida.....	644
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri.....	644
4.2.	Princípios reitores.....	645
4.3.	Características.....	647
4.4.	Rito especial do júri: <i>judicium accusationis</i>	648
4.5.	“Sentença” de pronúncia.....	654
4.6.	Impronúncia.....	659
4.7.	Sentença de absolvição sumária.....	660
4.8.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida.....	662
4.9.	Rito especial do júri: <i>judicium causae</i>	664
4.10.	Libelo.....	666
4.11.	Contrariedade ao libelo.....	668
4.12.	Desaforamento.....	668
4.13.	Instalação da sessão do júri.....	670
4.13.1.	Noção de sessão do júri.....	670
4.13.2.	Alistamento dos jurados.....	670
4.13.3.	Organização da pauta.....	671
4.13.4.	Sorteio e convocação dos jurados.....	671
4.13.5.	Função de jurado.....	672
4.13.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri.....	673
4.14.	Formação do conselho de sentença.....	676
4.15.	Atos instrutórios.....	677
4.16.	Debates e poderes do juiz.....	679
4.17.	Formulação dos quesitos e votação.....	680
4.18.	Sentença e ata da sessão.....	684
5.	Procedimento especial dos crimes militares.....	685
6.	Quadro sinótico.....	691
7.	Súmulas aplicáveis.....	708
7.1.	STJ.....	708
7.2.	STF.....	708
8.	Alguns Informativos Aplicáveis.....	709
8.1.	STJ.....	709
8.2.	STF.....	712
9.	Questões de concursos públicos.....	716

Capítulo XIV

RECURSOS	719
1. Teoria geral dos recursos.....	719
1.1. Conceito.....	719
1.2. Natureza jurídica.....	720
1.3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	721
1.4. Princípios recursais.....	722
1.5. Impedimentos.....	725
1.6. Pressupostos, requisitos e/ou condições de admissibilidade recursal.....	726
1.7. Efeitos recursais.....	729

1.8.	Extinção dos recursos	730
2.	Recursos em espécie.....	731
2.1.	Apelação.....	731
2.1.1.	Noção.....	731
2.1.2.	Interposição.....	732
2.1.3.	Cabimento	733
2.1.4.	Processamento	735
2.1.5.	Julgamento	737
2.2.	Recurso em sentido estrito.....	739
2.2.1.	Noção.....	739
2.2.2.	Interposição.....	740
2.2.3.	Cabimento	740
2.2.4.	Processamento	744
2.2.5.	Julgamento	747
2.3.	Carta testemunhável.....	748
2.3.1.	Noção.....	748
2.3.2.	Interposição.....	749
2.3.3.	Cabimento	750
2.3.4.	Processamento	750
2.3.5.	Julgamento	751
2.4.	Correição Parcial	752
2.4.1.	Noção.....	752
2.4.2.	Interposição.....	753
2.4.3.	Cabimento	753
2.4.4.	Processamento	753
2.4.5.	Julgamento	754
2.5.	“Embarginhos” e embargos de declaração	754
2.5.1.	Noção.....	754
2.5.2.	Interposição.....	755
2.5.3.	Cabimento	755
2.5.4.	Processamento	755
2.5.5.	Julgamento	756
2.6.	Protesto por novo júri.....	757
2.6.1.	Noção.....	757
2.6.2.	Interposição.....	758
2.6.3.	Cabimento	759
2.6.4.	Processamento	760
2.6.5.	Julgamento	761
2.7.	Agravo regimental	761
2.7.1.	Noção.....	761
2.7.2.	Interposição.....	761
2.7.3.	Cabimento	762
2.7.4.	Processamento	762
2.7.5.	Julgamento	763
2.8.	Embargos infringentes e de nulidade	763
2.8.1.	Noção.....	763
2.8.2.	Interposição.....	763
2.8.3.	Cabimento	764

SUMÁRIO

2.8.4.	Processamento	765
2.8.5.	Julgamento	765
2.9.	Recursos especial e extraordinário	766
2.9.1.	Noção	766
2.9.2.	Interposição	767
2.9.3.	Cabimento	767
2.9.4.	Processamento	769
2.9.5.	Julgamento	772
2.10.	Reclamação constitucional	772
2.10.1.	Noção	772
2.10.2.	Interposição	773
2.10.3.	Cabimento	773
2.10.4.	Processamento	773
2.10.5.	Julgamento	774
2.11.	Recurso ordinário constitucional	774
2.11.1.	Noção	774
2.11.2.	Interposição	774
2.11.3.	Cabimento	775
2.11.4.	Processamento	775
2.11.5.	Julgamento	777
2.12.	Agravo de instrumento	777
2.12.1.	Noção	777
2.12.2.	Interposição	777
2.12.3.	Cabimento	778
2.12.4.	Processamento	778
2.12.5.	Julgamento	778
2.13.	Embargos de divergência	779
2.13.1.	Noção	779
2.13.2.	Interposição	779
2.13.3.	Cabimento	779
2.13.4.	Processamento	779
2.13.5.	Julgamento	780
2.14.	Agravo em execução	780
2.14.1.	Noção	780
2.14.2.	Interposição	780
2.14.3.	Cabimento	781
2.14.4.	Processamento	781
2.14.5.	Julgamento	782
2.15.	Reclamação contra a lista geral de jurados	782
2.15.1.	Noção, interposição e cabimento	782
2.15.2.	Processamento e julgamento	783
3.	Quadro Sinótico	783
4.	Súmulas aplicáveis	804
4.1.	STJ	804
4.2.	STF	804
5.	Alguns informativos aplicáveis	806
5.1.	STJ	806
5.2.	STF	812

6. Questões de Concursos Públicos.....	818
--	-----

Capítulo XV

NULIDADES	827
1. Nulidade processual em geral.....	827
1.1. Confronto doutrinário	827
1.2. Noção de nulidade	829
1.3. Classificações das nulidades	830
1.4. Princípios informativos das nulidades.....	832
2. Da inexistência.....	835
3. Nulidades absolutas e relativas	836
3.1. A arguição de nulidade.....	836
3.2. Efeitos	838
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	838
4.1. Falta ou deficiência de defesa.....	839
4.2. Ilegitimidade da parte.....	840
4.3. Incompetência do juízo	840
4.4. Suspeição, impedimento ou suborno do juiz	841
4.5. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	842
4.6. Ausência de intervenção do Ministério Público.....	842
4.7. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu	843
4.8. Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório defeituosos.....	844
4.9. Não-intimação do réu da data de julgamento	845
4.10. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	846
4.11. Concessão de prazos processuais	846
4.12. Falta de intimação de testemunhas	846
4.13. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios	847
4.14. Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	847
4.15. Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri	848
4.16. Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	848
4.17. Vícios na sentença	849
4.18. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	850
4.19. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais	850
4.20. Descumprimento do <i>quorum</i> legal de julgamento nos tribunais.....	850
4.21. Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	851
5. Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual.....	851
6. Quadro sinótico	852
7. Súmulas aplicáveis	859
7.1. STF.....	859
8. Alguns informativos aplicáveis.....	860
8.1. STJ.....	860
8.2. STF.....	862
9. Questões de Concursos Públicos.....	864

Capítulo XVI

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	867
1. De ordem geral.....	867
2. <i>Habeas corpus</i>	867

SUMÁRIO

2.1.	Fundamentos	867
2.2.	Cabimento	869
2.2.1.	Violação à liberdade de ir e vir	869
2.2.2.	<i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo.....	871
2.2.3.	Crime com pena privativa de liberdade.....	871
2.2.4.	Transgressão disciplinar	871
2.3.	Processamento e julgamento.....	873
2.3.1.	Competência	873
2.3.2.	Legitimidade ativa e passiva	874
2.3.3.	Forma de propositura	876
2.3.4.	Rito processual	876
2.3.5.	Julgamento	878
2.3.6.	Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	880
2.3.7.	<i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão	881
2.3.8.	Recursos em <i>habeas corpus</i>	881
3.	Mandado de Segurança	882
3.1.	Fundamentos	882
3.2.	Cabimento	883
3.3.	Processamento e julgamento.....	886
3.3.1.	Competência	886
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva	887
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança	888
3.3.4.	Julgamento	890
4.	Revisão Criminal	891
4.1.	Fundamentos	891
4.2.	Cabimento	892
4.3.	Processamento e julgamento.....	893
4.3.1.	Competência	893
4.3.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	893
4.3.3.	Propositura	894
4.3.4.	Rito da revisão criminal.....	895
4.3.5.	Julgamento e indenização	895
5.	Quadro sinótico	897
6.	Súmulas aplicáveis	909
6.1.	STJ.....	909
6.2.	STF.....	909
7.	Alguns informativos aplicáveis.....	910
7.1.	STJ.....	910
7.2.	STF.....	913
8.	Questões de Concursos Públicos.....	918
	Bibliografia	921

